

# ENTREVISTA - PROFESSOR DOUTOR DAMIÃO DUQUE DE FARIAS

MARCELO MATIAS DE ALMEIDA  
ROBERTO MAURO DA SILVA FERNANDES

O Sr. Damião Duque de Farias é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor adjunto da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Especialista em História do Brasil República, atuando nos seguintes temas: igreja católica, regime militar, igreja-crise católica-renovação, igreja-representações-historiografia. Foi Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) durante nove anos, o primeiro ano como Reitor *pro tempore* (2006-2007) e quando eleito pela comunidade universitária assumiu a reitoria por dois mandatos consecutivos de quatro anos (2007-2015).

**E-L:** Professor, primeiramente, muito obrigado pela oportunidade de entrevistá-lo e conhecermos um pouco de sua trajetória cidadã. Por favor, fale sobre sua trajetória pessoal, acadêmica e vida política. Em outras palavras, quem é o senhor?

**FARIAS, D. D.:** Eu sou sul-mato-grossense ou mato-grossense, nascido em Três Lagoas, onde morei praticamente toda minha infância e juventude. Sou filho e membro de uma família pobre e de operários.

Em Três Lagoas, tive a oportunidade de iniciar meus estudos universitários no Campus da UFMS<sup>1</sup> e me formei em História no ano de 1988.

Com minha família, desde cedo, aprendi a ética do trabalho e, por isso, foi necessário conciliar estudos e trabalho. Assim, desde menino trabalhei na construção civil, acompanhando parentes operários, fui vendedor ambulante, atendente em bares, lanchonetes e feiras. Eu tive meu primeiro emprego formal aos 16 anos como comerciário em uma loja de móveis, na qual permaneci por 2,5 anos. Mais tarde trabalhei como bancário durante três anos aproximadamente, período em que participei de duas grandes greves nacionais e foi um grande aprendiz, então, concluí o curso de licenciatura e iniciei a carreira de professor. Atuei, primeiro em escola da rede privada e na sequência, após aprovação em concurso, na rede pública estadual de Mato Grosso do Sul e como professor substituto na UFMS-Campus de Três Lagoas, durante dois anos. Em 1995 tomei posse como docente efetivo na UFMS aqui em Dourados.

Eu tenho uma grande capacidade para a concentração em objetivos específicos, por exemplo, dedicação aos estudos e à leitura, desde a adolescência, é uma característica pessoal. Por isso, me destacava na escola e inclusive na graduação. Tanto é verdade que, logo após a minha colação de grau, eu fui convidado para assumir uma vaga de professor substituto por duas vezes e fui trilhando este caminho que vislumbrei, uma vida acadêmica, propriamente dita.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Durante a graduação, tive uma experiência que me foi de imenso valor: trabalhei como “secretário acadêmico” de minha querida professora Nadir Domingues Mendonça, durante o período de realização de sua tese de doutorado. Não a acompanhava em suas pesquisas, mas através de seus fichamentos, da catalogação de documentos, organização de arquivos e construção de artigos, na prática, fui me apropriando do fazer de um pesquisador em história. Pode-se dizer que foi minha iniciação científica.

Assim, comecei a formular e a pensar na construção de objetos de pesquisa com vista à realização de mestrado. Primeiro elaborei um projeto sobre a evolução da estrutura agrária na região de Três Lagoas, depois elaborei um segundo projeto sobre a história da cidade de Ilha Solteira, onde morei alguns anos e, por fim, fui trabalhar o tema do envolvimento da Igreja Católica com as camadas populares brasileiras desde a década de 20 do século passado (os temas parecem distantes, mas na verdade um foi levando a outro!). Nesta fase, tive a importante colaboração e orientação de minha ex-professora, e também querida, Norma Marinovic.

Este foi o meu tema de mestrado e de doutorado, desenvolvido junto a Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da USP, sob a orientação da Profa. Zilda Iokoi, a quem admiro e considero ser um exemplo profissional e intelectual.

Outro aspecto importante em minha trajetória foi o meu envolvimento com movimentos sociais e a política, que permanece até hoje. Meus primeiros contatos com a militância social ocorreram ainda na juventude quando era secundarista, hoje nível médio. Não foi um envolvimento mais direto e orgânico, mas me aproximei do movimento secundarista e de suas bandeiras daquele período, do retorno ou da invenção da democracia no Brasil, e do movimento das eleições diretas. Naquele momento minhas preocupações com a política partidária e os processos eleitorais e minha identificação com o campo de esquerda, ampliaram-se.

No início dos estudos universitários, de fato, me tornei um militante social orgânico junto às organizações sociais e políticas de esquerda, aliando teoria e prática que a Universidade me proporcionava.

Neste período eu militava – embora nunca tenha sido dirigente (nem poderia... com aquele sindicato pelego!) – no sindicalismo dos bancários e no movimento estudantil (ME) que foi minha primeira escola de formação política. Dada as minhas condições de vida, a necessidade de aliar trabalho e estudo não tinha envolvimento mais amplo com o ME, minha militância foi mais local e se circunscreveu ao campo da História que tinha, na época, importante grau de organização regional e nacional.

Deixei de ser bancário, e a partir de então, tive um envolvimento com o sindicalismo de trabalhadores rurais; trabalhei, aproximadamente um ano, como secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e acompanhava a organização e o debate sindical, especialmente, sobre a questão da reforma agrária.

Concomitante, a primeira experiência como militante partidário, foi junto ao PCB - Partido Comunista Brasileiro, que contava com razoável influência política em MS e em especial no Movimento Estudantil. Mais tarde, com a crise desse partido e sua transformação em

PPS<sup>2</sup>, aliada à derrocada do socialismo real, me filiei ao PT, onde permaneço até hoje, apesar dos pesares e das náuseas que de vez em quando me acomete.

Bem... como docente na rede pública, passei a militar no movimento dos trabalhadores da educação, após algum tempo tive a oportunidade de liderar uma chapa que se saiu vitoriosa e me permitiu a honra de ser o presidente do *Sinted de Três Lagoas* por quase 03 anos. Deixei o Sindicato para assumir o cargo de Docente aqui em Dourados. O exercício da Presidência do Sinted foi uma das maiores experiências da minha vida. O Sindicato era, talvez, a mais importante organização social da cidade com ampla influência e capacidade de mobilização. Evidentemente eu era bastante jovem... mas juntos com os colegas creio ter feito um bom trabalho.

Naquele período realizamos mobilizações e movimentos grevistas de impacto, tanto na rede estadual quanto municipal, que com certeza marcaram a história da categoria e da cidade, inclusive pelas inovações introduzidas no diálogo com a comunidade. É verdade, ainda, que a presidência do sindicato me possibilitava o envolvimento com outras categorias de trabalhadores, suas organizações e lutas. Tudo isso foi um aprendizado que se articulava com a experiência do mestrado na USP e da descoberta da metrópole São Paulo.

Em 1995, vim para Dourados, já contava a experiência como docente e junto aos movimentos sociais, que favoreceu minha participação em diversas Diretorias e inclusive como presidente da *ADUFDourados*. Fui, inclusive, um de seus diretores fundadores e responsáveis por sua condução nas importantes greves (de resistência!) da categoria nos anos 2000/01. Nesse período desenvolvia a tese de doutorado, iniciada no ano de 1998, estava mais experiente e maduro em minha formação intelectual. Aproveitei essas condições para estreitar relações com as demais entidades e organizações de Dourados e região, inclusive, através da realização de extensão universitária.

Por outro lado, a minha presença no Sindicato dos docentes da UFMS permitiu um maior conhecimento sobre a vida universitária, problemas e virtudes, além de um contato direto com seus trabalhadores e gestores, o que seria de grande valia para o período que viria a seguir...

Por fim, e não menos importante, eu tenho uma vida familiar, à qual procuro me dedicar. Sou casado com a Profa. Marisa, tenho quatro filhos: Gustavo, Iulik, Leonam e Nicolas.

**E-L:** O senhor é um dos responsáveis pela criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Poderia nos dizer como se desenrolou o processo?

**FARIAS, D. D.:** É difícil dizer: sou um dos responsáveis pela criação da UFGD! Prefiro dizer que me envolvi ampla e diretamente e, penso que minha participação foi importante no processo, ao lado de outras pessoas. Provavelmente, a pessoa com maior envolvimento e relevante participação na história da criação da UFGD foi o Prof. Wilson Biasotto. Ele e o Prof. Tetila (prefeito de Dourados à época da criação da Universidade), são os únicos que tiveram envolvimento direto nos dois momentos mais marcantes desse processo. Na década de 70 (período da criação do Estado de Mato Grosso do Sul e também da criação da UFMS) e no início do Gov. Lula, com sua política de expansão da rede de universidades federais.

<sup>2</sup> Alusão ao Partido Popular Socialista.

No final da década de 70 foi elaborado o primeiro projeto de criação de uma Universidade Federal com sede em Dourados, a partir da iniciativa da comunidade acadêmica. Eu não tenho a memória e nem as informações sobre todos os encaminhamentos, as participações e decisões. Mas, tenho a certeza de que o projeto nasce dentro do CPD-Dourados, antigo Centro Pedagógico de Dourados. Posteriormente o Projeto foi apresentado ao Deputado Sérgio Cruz, por uma comissão de representantes da comunidade acadêmica, que reivindicou ao parlamentar a tramitação no Congresso Nacional. Infelizmente não houve êxito naquela empreitada como haveria de ocorrer quase 30 anos depois.

Entre os anos de 2000 a 2001, não me lembro exatamente, ocorreu uma reunião com Tetila e Biasotto, nas dependências do CEUD, se não estou enganado no ano de 2000 ou de 2001. Quando Tetila já era prefeito e Biasotto vereador de Dourados. Nesse momento, pela primeira vez, ouvi falar em um Projeto de Universidade Federal para Dourados.

No início do primeiro mandato de Lula, esse debate sobre a nova Universidade foi retomado, havia um cenário propício, percebemos que dentre as políticas para a educação brasileira, havia uma disposição majoritária do governo em expandir a rede federal de educação superior. Estas políticas foram apresentadas em seu Plano de Governo e nós tínhamos informações, que de fato, tais encaminhamentos ocorreriam, além do acesso ao debate travado por núcleos educacionais e militantes vinculados à área de educação do PT, especialmente, de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Com estas informações e análises realizadas nessa primeira reunião na residência do Prof. Biasotto, com mais alguns docentes do Departamento de Ciências Humanas: João Carlos, Silvana, Adáuto e Ceres<sup>3</sup>, decidimos retomar o debate. O prefeito Laerte Tetila seria envolvido e ele teria a responsabilidade de convencer o Diretor do Campus Omar Daniel (a quem éramos oposição), e com sua participação, conseguir a concordância e o apoio do Reitor Manoel Però. Avaliamos, ainda, que seria necessário o engajamento direto do Senador Delcídio do Amaral. Biasotto se responsabilizou a fazer esta ponte com o congressista nacional.

Ao prefeito Tetila coube, ainda, a tarefa de conversar com o Governador Zeca para atuar favoravelmente no encaminhamento desse projeto e garantir o apoio do Governo Federal, especialmente, junto ao próprio Lula, a quem tinha acesso direto.

Vencida esta primeira etapa, os acontecimentos seguiram, mais ou menos, esta linha de encaminhamento. Nossa próxima tarefa era a da elaboração do Projeto a ser encaminhado ao Ministério da Educação. De fato, houve uma articulação entre a Direção do Campus, representada pelo Prof. Omar Daniel e a oposição, que se apoiava, especialmente, no Departamento de Ciência Humanas (CDH), do qual eu era Chefe, desde 2002.

Ainda no primeiro semestre de 2003, o debate para elaboração do Projeto da UFGD foi levada ao Conselho de Campus, quando aprovou-se a criação de uma Comissão – presidida pelo Prof. Omar. Além de participar da referida Comissão, eu facilitava a articulação em nome da oposição existente. Toda a concepção da futura Universidade delineada no Projeto

---

<sup>3</sup> Referência aos docentes: Ceres Moraes, João Carlos de Souza e Adáuto de Oliveira Souza e Silvana de Abreu. Respectivamente professores dos cursos de graduação e pós-graduação em História e Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

foi desenvolvida e elaborada pelos docentes do DCH, sendo os professores Paulo Cimó e Adáuto Souza os responsáveis pela proposta inicial.

O Projeto foi aprovado, no início do segundo semestre de 2003, pelo Conselho de Campus e foi encaminhado ao Ministério da Educação, tanto formalmente, através da Universidade, quanto politicamente através da Prefeitura de Dourados, leia-se Tetila e Biasotto, com o senador Delcídio do Amaral.

O primeiro passo fora dado; os seguintes seriam mais difíceis. Evidentemente que a criação de uma Universidade Federal, onde quer que seja, não é algo trivial. Pelo contrário, trata-se de um acontecimento singular e histórico com capacidade considerável para provocar relevantes mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas no seu entorno, tanto em curto, médio e em longuíssimo prazo. Uma Universidade ultrapassa, no tempo, os governos, os regimes e até os Estados, são muitas as experiências concretas nesse sentido. Daqui a 200 anos, quando muitas instituições e organizações contemporâneas desaparecerem, a UFGD ainda terá sua importância.

Assim, tínhamos convicção de que entre o encaminhamento do Projeto da UFGD e a sua efetiva concretização, muita água iria rolar abaixo da ponte. E por ser um projeto com tal envergadura, muitos interesses gravitariam ao seu redor gerando forças a empurrá-lo para uma possível aprovação.

De fato, após seu encaminhamento ao MEC e enquanto vivíamos uma crise assombrosa em nosso Campus, dado a falta de investimentos e contratação de pessoal, nosso Projeto foi dormir em algumas gavetas da esplanada dos ministérios em Brasília. Além da disputa pelo interesse de outras regiões do país em criar novas instituições de ensino superior, existia um entrave de caráter mais geral: uma força inercial, que vinha do período anterior (de FHC<sup>4</sup>, com o Ministro Renato Souza a frente do MEC), de uma concepção contrária, não somente ao Projeto UFGD, mas a qualquer projeto de expansão da rede pública federal de ensino superior. E estas forças estavam presentes no interior do próprio governo Lula e, inclusive, do MEC. Além de que, havia a preocupação quase exclusiva do Ministro Cristovam Buarque<sup>5</sup> com a educação básica, fator que dificultava os encaminhamentos e as decisões relativos à educação superior.

A saída do Ministro Cristovam, sua substituição pelo Ministro Tarso Genro e as demais alterações no segundo e terceiro escalões do MEC, em sequência, foram decisivas e creio que o núcleo de docentes de Dourados, de oposição, teve um papel direto e importante para que estas alterações ocorressem. Assim, a partir de meados de 2004, ventos mais favoráveis surgiram no horizonte e o Projeto seguiu do MEC para a Casa Civil e de lá, no final desse ano, para o Congresso Nacional.

Cada encaminhamento ocorreu após muitas idas e vindas e articulações em todas as esferas e exigiu tenacidade e capacidade de articulação política. Inclusive, dispêndio de recursos financeiros próprios já que as inúmeras viagens a Campo Grande/MS, Brasília e São Paulo

<sup>4</sup>Fernando Henrique Cardoso.

<sup>5</sup>Ministro da Educação (2003-2004).

eram cotizadas por nós... o que significava certo sofrimento e esforço físico, já que, muitas vezes, não podíamos pagar hotel para descansar. Esta situação durou até pelo menos o início de 2005, quando o Prof. Wedson Desidério, integrante de nosso campo político de oposição, foi eleito Diretor do Campus e passamos a contar com apoio oficial.

Creio que foi criado um contexto político favorável ao projeto para a sua aprovação em julho de 2005 pelo Congresso Nacional, havia um alinhamento político nas três esferas, municipal, estadual e nacional, com governos liderados ao PT e a presença do Prof. Wedson, na Direção do Campus. A minha participação, além da articulação interna e elaboração do projeto, em 2003, 2004 e, sobretudo, em 2005 para a aprovação do Projeto em Brasília, foi de instigação, provocação e articulação de tais forças e lideranças para vencer as dificuldades que se interpunham no caminho. Devo destacar também o apoio do Deputado João Grandão, especialmente após o encaminhamento do Projeto ao Congresso Nacional, o seu Gabinete e sua equipe foi nosso principal ponto de apoio em Brasília.

Evidentemente que outras personalidades e lideranças políticas atuaram para a aprovação do Projeto UFGD, mas sem o destaque e a capacidade de intervenção que tinham as figuras políticas por mim destacadas. Cito o caso do Deputado Federal Geraldo Rezende. Ele de fato, nesta segunda fase, foi o primeiro a protocolar junto à mesa da Câmara um Projeto de Lei, criando a UFGD, logo após termos encaminhado ao MEC a nossa proposta. Mas seu projeto não tinha nada a ver com o nosso, era apenas um esboço de projeto. Aliás, era um esboço produzido a partir do Projeto de criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco pelo governo FHC, a única criada em seus oito anos de mandato. Portanto, não tinha ressonância de nossas preocupações, da comunidade acadêmica, como também não previa nenhum recurso – financeiro e para contratação de pessoal – para a nova instituição. Portanto, se esse Projeto de Lei fosse considerado, a UFGD nasceria com dificuldades, como nasceu a UFVSE, sem condições para fazer frente aos problemas e às demandas já existentes e que foram criadas.

**E-L:** Qual é o papel da UFGD no desenvolvimento da Região da Grande Dourados, do ponto de vista social, acadêmico e econômico?

**FARIAS, D. D.:** Eu tenho conhecimento de estudos relacionados ao tema, no entanto, acredito que ainda são insuficientes para uma justa avaliação sobre os impactos da UFGD em nossa região, que, certamente, ele é impressionante. Penso que é necessário um projeto de pesquisa a ser levado adiante por uma equipe de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Posso falar então de impressões que tenho a respeito de tais questões. Em primeiro lugar do ponto de vista acadêmico, as repercussões são bastante evidentes. Nesses 10 anos, a UFGD ampliou vertiginosamente seus cursos de graduação e, mais ainda, de pós-graduação. Esse aumento foi acompanhado para sua referência em qualidade acadêmica, no ensino, na pesquisa e extensão. Assim, além de ampliarmos a formação de novos profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, foram criadas as condições para sua especialização e formação continuada e, ainda, ampliamos as oportunidades e as condições para atuarem na construção de novos conhecimentos, enquanto cientistas, artistas e intelectuais.

A capacidade crítica desenvolvida, obviamente, não está restrita ao ambiente da UFGD, nem mesmo ao contexto universitário em geral, pois ao transbordar para outras instituições de ensino superior da região, ampliou as condições gerais de qualidade na formação de pessoas em toda região. Muitas pessoas concluíram seus cursos de graduação, mestrado ou doutorado, ingressaram como servidores na própria UFGD ou foram trabalhar em outras instituições da Grande Dourados ou de Mato Grosso do Sul.

Esta colaboração ou incremento para a formação de novos cientistas e intelectuais é fundamental para a construção de ambientes qualificados para socialização de saberes e conhecimentos, permite criar um círculo virtuoso e exponencial das potencialidades existentes em nossas instituições, com benefícios a todos.

Como disse, essa qualidade ampliada, alicerçada em uma sólida formação tanto no ensino, quanto na pesquisa e extensão, não se restringe apenas às instituições universitárias, mas ela se espalha ao campo de atuação de variados tipos de organizações sociais, tanto públicas quanto privadas. O conhecimento, apropriado no processo de formação ou na realização de trabalhos e projetos na UFGD, contribui para a qualificação e o aprimoramento de processos e ações dos governos municipais, das empresas, dos movimentos sociais, etc. Ao longo dos 10 anos de nossa história institucional, foram muitas, inclusive, as participações orientadas, de servidores e acadêmicos, junto aos diversos setores e segmentos da sociedade, seja na formação de pessoas, seja no desenvolvimento de novos conhecimentos e da inovação social e tecnológica.

Podemos considerar outro aspecto, trata-se da repercussão direta e imediata da UFGD na economia local e regional, a partir de sua instalação e do desdobramento de suas atividades e execução orçamentária. Creio ser notório o impacto da UFGD na região. Há algum tempo estive em reunião com um grupo de empresários na sede de uma de suas associações aqui em Dourados e testemunhei a afirmação de um dos presentes que, a UFGD foi a principal e mais importante “indústria” que a região poderia ter almejado e, ele não imaginava tamanha repercussão nos negócios.

De fato, se somarmos o orçamento da UFGD e do HU/EBSERH/UFGD<sup>6</sup>, hoje, ultrapassa a casa dos 250 milhões de reais/ano, pode-se ter a ideia das possibilidades de incremento nos diversos ramos econômicos na região. Deve-se considerar que para a exatidão de sua grandeza, a tal valor devem ser acrescidos os recursos advindos de bolsas, projetos e custeios que, anualmente, alcançam a casa de dezenas de milhões. A essa dimensão, deve-se considerar as economias particulares despendidas pelas famílias que para cá mandam seus filhos para estudarem, tanto na graduação como na pós-graduação.

Evidentemente que este montante, maior que o orçamento da maioria dos municípios e de empresas instaladas no Estado, não significa apenas despesas diretas da Instituição para a sua manutenção, ou de famílias que dela recebem sua remuneração direta ou indiretamente. Na outra ponta do processo de mercado e negócios, boa parte de seu volume é transformado em acumulação, em recursos para novos investimentos e, portanto, em capital. A presença

<sup>6</sup> Parceria entre Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

da UFGD e uma parcela das necessidades dela decorrentes favorecem o desenvolvimento e crescimento quantitativo e qualitativo empresarial, com novo patamar de atuação.

Outra orientação de nossa atuação diz respeito ao relacionamento direto com a iniciativa privada. Em tais parcerias para a construção de ambientes de produção propícios à inovação, estabelecidas com empresas e grupos empresariais, obtivemos como resultado, além do estreitamento de relações, alguns processos de registros de patentes, avaliadas como bastante promissoras. Esta atuação sempre ocorre em meio a grandes dificuldades, burocráticas e legais, como também, oriundas das respectivas tradições culturais (do campo empresarial brasileiro e do campo universitário) e, portanto, apenas a longo prazo poderemos avaliar e aferir os desdobramentos dos trabalhos que iniciamos.

Lembro-me do ex-prefeito Laerte Tetila, ele costuma afirmar que em ordem de importância social e histórica para a região de Dourados, a UFGD fica em segundo lugar, somente, ao ser comparada ao papel da CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados, da década de 50. Penso que em algumas décadas, a UFGD irá superar o impacto da CAND. Por ora gostaria de ressaltar mais alguns elementos.

Se eu pudesse traduzir a UFGD em apenas uma frase ou ideia, eu diria que ela significou oportunidades para milhares de pessoas. Pessoas de nossa cidade, da região ou que vieram de todos os cantos do Brasil e de outros países para aqui trabalhar e estudar. Esta oportunidade de estudo ou trabalho, na maioria dos casos, significa a oportunidade de transformação de suas vidas e de suas famílias.

Não é raro encontrarmos na UFGD, nos atos de recepção aos novos trabalhadores ou em período de matrículas de estudantes calouros, a presença de famílias inteiras comemorando aquela conquista, demonstra a noção de que um grande objetivo pessoal e coletivo fora alcançado. Muitas vezes, aquele jovem é o primeiro de sua grande família, pais, irmãos, primos, tios e tias, a chegar à Universidade! Muitos possuem uma vaga noção do que seja uma universidade pública e gratuita, mas percebe-se a convicção do grande impacto positivo que lhes irá acontecer e experimentam tudo com muito orgulho.

Aliado a essa perspectiva geral, procuramos adotar políticas inclusivas específicas na UFGD. Além das cotas étnicas e sociais estabelecidas na legislação, criamos iniciativas levando-se em conta as características de nossa formação histórico-social. Por exemplo, a criação de um curso específico para a população indígena da região, voltado para a formação de professores que atuam em nossas aldeias, com a participação efetiva em todas as etapas dos indígenas. Poucas palavras permitem vislumbrarmos o alcance desta iniciativa, que foi construída em parceria com os movimentos indígenas e, mais tarde, desdobrou na criação da FAIND<sup>7</sup>, a primeira Faculdade, no Brasil, voltada para a formação dos povos indígenas e motivadora de reflexões sobre suas problemáticas e perspectivas.

Se considerando a realidade do MS, com a presença histórica da pequena propriedade familiar e a criação de assentamentos rurais de reforma agrária; criamos cursos e projetos de graduação e pós-graduação voltados a essa população e que foram avaliados, por nós, por

---

<sup>7</sup> Faculdade Intercultural Indígena, criada no ano de 2012.



outros órgãos governamentais, bem como pelos próprios beneficiados e seus movimentos, como um sucesso inegável, de repercussão nacional.

Registre-se: desde o primeiro momento, além de nos preocuparmos em garantir oportunidades aos segmentos que historicamente foram alijados da academia, priorizou-se o compromisso em desenvolver políticas públicas de assistência estudantil que garantissem o sucesso desses estudantes na universidade. Com razão, afirmamos que nossa assistência estudantil é referência para todo o país.

Gostaria, ainda, de pontuar nossa atuação, especialmente por meio das políticas de extensão universitária, junto a grupos populares, tanto do campo quanto da cidade, para o desenvolvimento de trabalho e renda, especialmente por meio dos conceitos de economia solidária. Nestas políticas, e em centenas de projetos realizados, o foco era a produção de tecnologias sociais, ou seja, aquelas inovações adequadas à produção para o consumo familiar ou à economia de pequena escala, levadas a cabo por comunidades, grupos de pessoas, por famílias ou cooperativas.

Saliento, ainda, nosso trabalho no campo da cultura e das artes. A UFGD é hoje reconhecida como uma das maiores, senão a maior, fomentadora de cultura no Estado de Mato Grosso do Sul. Ao longo de 10 anos, logramos êxito em articular a realização de eventos e a formação de pessoas nas mais diferentes formas de realização artística, desde a produção literária até a produção teatral e cinematográfica.

Tais realizações não ficaram circunscritas ao ambiente universitário e nem tiveram este público como preferencial. Nosso objetivo foi, sempre, formar leitores, telespectadoras, público apreciador das artes. Por isso, estivemos nas praças e nas escolas, além dos ambientes propriamente criados para tais eventos. Considero da maior importância nossas conquistas nesta área. A arte e a cultura devem ser consideradas como produtoras de conhecimento e, ainda, com maior capacidade de transformação e enriquecimento societário que qualquer outro tipo de conhecimento.

**E-L:** A UFGD teve um crescimento vertiginoso em diversos aspectos, nesse período foi considerada, por sete vezes consecutivas, a melhor Universidade do Mato Grosso do Sul segundo dados do Ministério da Educação. O que foi realizado para se alcançar este patamar?

**FARIAS, D. D.:** Creio que existiu uma combinação positiva de fatores. Mas, devo advertir que ao longo desse tempo, nem tudo foram flores. Para alcançarmos o resultado geral que vocês mencionaram, tivemos que superar muitos desafios e obstáculos.

Devo afirmar que, em primeiro lugar, havia um contexto. É curioso, em certos casos, como as pessoas querem avaliar alguns objetos fora de seu contexto! O contexto da UFGD, ao longo de seus 10 anos, foi o de uma guinada realizada pelo governo federal, a partir de Lula. Um governo que valorizou o papel das universidades públicas para o desenvolvimento do país, tanto no que se refere à formação de pessoas quanto ao incremento de novos conhecimentos e de tecnologias. Vale lembrar que estas diretrizes se contrapõem às concepções dominantes anteriormente, intensificadas durante os governos de FHC, que tinham levado as universidades federais a um grave quadro de precarização por falta de investimentos e renovação de seus profissionais.

A UFGD foi criada no bojo deste contexto, na verdade a partir dele. O nosso projeto foi delineado e foi aprimorado ao longo de sua implantação, com a percepção predominante do diálogo que realizava com o a comunidade universitária e com a sociedade de modo geral, e com o fortalecimento da rede federal de educação superior pública.

Esta percepção propiciou, ao longo do tempo, uma leitura mais correta das oportunidades que se abriam e o grau de confiança e, inclusive, de riscos que podíamos enfrentar para dar sequência ao projeto da UFGD e avançar nas políticas para o desenvolvimento da nossa universidade. Quem não fez a leitura correta perdeu oportunidades ou cometeu erros e, certamente, não colheu resultados comparativos como os alcançados por nós.

Foi assim que sempre apostamos em uma concepção que privilegiava o crescimento quantitativo de nossas estruturas, tanto na graduação como na pós-graduação, colocando para a instituição metas audaciosas a serem alcançadas. Para nós, embora sabendo correr riscos calculados e passageiros, sabíamos que teríamos os recursos necessários para o alcance de um patamar considerável em termos de qualidade acadêmica. Por isso, crescemos tanto, de 12 cursos de graduação, chegamos a 36 cursos com mais de 7 mil estudantes e de 04 cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) para 27 cursos.

Evidentemente que tamanha estrutura em crescimento, exigia investimentos compatíveis, tanto financeiro quanto para a contratação de pessoas, para darem conta de todas as atividades que envolvem, direta e indiretamente, os nossos cursos, ou seja: as políticas de pesquisa, as políticas de extensão e cultura, as políticas de assistência estudantil, etc.

É verdade... nem todos os recursos foram disponibilizados de imediato e com o cronograma almejado. Também é verdade que nem sempre a execução dos recursos foram sucessos absolutos. Por exemplo, as edificações se viabilizam com atraso, os concursos de docentes sempre ficam a desejar e as vagas dos servidores técnicos administrativos demoraram a ser liberadas, em comparação às nossas necessidades, fatos imprevisíveis que ocorrem na maioria das instituições públicas. Por isso, superamos muitas pedras no caminho e tudo o que foi alcançado não caiu de paraquedas em nossos colos, pelo contrário, foi conquista coletiva.

Por exemplo, os recursos de investimentos para os cursos criados em 2008, no REUNI<sup>8</sup>, não chegavam nem a metade de nossas necessidades para a construção de salas de aula, laboratórios, sem falar nas paralizações por variados motivos, na maioria dos casos por abandono das obras por parte das empresas contratadas, e perdas dos orçamentos decorrentes de tais paralizações. Mas, como já afirmei, aproveitamos as oportunidades e foi criada, relativamente em pouco tempo, uma estrutura bastante adequada para esses cursos, admirada por instituições, estudantes e pesquisadores que visitaram a UFGD e pelo próprio governo federal.

Eu disse que foi uma conquista coletiva e, assim, deve ser entendida. Foi coletiva, envolveu não apenas as pessoas da administração central, mas de toda a instituição. Creio que sempre existiu nestes 10 anos, o sentimento de apropriação de um projeto e a participação de cada pessoa na sua realização. Por isso, em face das vicissitudes, de um modo geral, houve colabo-

---

<sup>8</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

ração. Penso especialmente, no caso dos técnicos administrativos, que sempre tocaram suas tarefas com a maior dedicação e, sabiam que o universo de servidores, nas mais diferentes especialidades, era aquém do que necessitávamos.

Para concluir, nosso sucesso está alicerçado em um tripé: contexto favorável às universidades federais; projeto e coordenação adequada ao contexto; apropriação e engajamento coletivo na realização de um sonho.

**E-L:** O que a UFGD ainda pode oferecer para a comunidade acadêmica e para a sociedade dentro do projeto de Universidade a qual o senhor ajudou a construir. Quais os objetivos a serem atingidos?

**FARIAS, D. D.:** A UFGD, com participação ampla, com todos os segmentos e setores da instituição, elaborou um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para ser implementado até 2017. Nele apontamos virtudes que deveriam ser reafirmadas, as carências e os erros a serem corrigidos, além de novas metas. Creio que devemos perseguir tais metas. Penso que, dado o sucesso da UFGD, seria vantajoso manter e ou atualizar as políticas desenvolvidas para, no mínimo, atingir as taxas de sucesso que alcançamos em diferentes setores. Por exemplo: grau de investimentos em laboratórios de graduação; percentual de bolsas de iniciação a pesquisa, iniciação a docência, de assistência estudantil; nível ótimo de avaliação dos cursos de graduação, de crescimento da pós-graduação e elevação de suas avaliações; fortalecimento de nossas políticas de extensão e cultura.

Destaco três mais importantes carências apontadas no PDI: a) a necessidade de um maior número de servidores técnicos administrativos. Felizmente, em 2014 nós alcançamos, por meio de negociações com o MEC/SESU e EBSEH, um número de servidores compatível com um patamar considerado razoável. Parte desse quantitativo já foi disponibilizado à UFGD e o restante deverá ser viabilizado ao longo de 2015, conforme ficou estabelecido nas negociações; b) investimentos em laboratórios de pesquisa: em 2014 e 2015, importantes metas foram alcançadas para melhorar nossas condições relativas a este ponto. Posso citar os laboratórios FINEP já entregues e em construção, como também, a disponibilização de recursos para a FUNAEPE e para a construção do IMPANTEC. Evidentemente que serão necessários mais investimentos, referentes à aquisição de equipamentos particularmente para tais edificações, mas creio que com elas teremos uma boa estrutura laboratorial para o desenvolvimento de pesquisas de ponta e para a inovação tecnológica, beneficiando especialmente as chamadas “ciências experimentais”, na UFGD; c) melhoria dos equipamentos de convivência. As inaugurações neste ano (2015), do Centro de Convivência, da Pista de Caminhada e das Academias ao Ar Livre, melhoraram as estruturas disponíveis na Unidade II, onde está concentrada a grande maioria de servidores e acadêmicos. Mas é preciso avançar mais, tanto na Unidade II, quanto nas demais Unidades e, mais ainda, criar políticas para o encontro e a convivência entre a comunidade universitária.

Quero ainda enfatizar que, embora tenhamos avançado bastante em nossas estruturas acadêmicas, foi delineada no PDI a necessidade de continuarmos crescendo. Especialmente com foco nas expectativas da maioria da população, expressas inclusive no Plano Nacional de Educação, perspectivas de mais oportunidades e de alcançarmos as taxas educacionais

condizentes com a maioria dos países desenvolvidos. Como também, certo crescimento quantitativo é, em nossa avaliação, condição necessária a uma qualidade que almejamos. Nós já iniciamos, em 2013, este ciclo de expansão com a criação de novos cursos de engenharia, física e novas turmas em cursos antigos e é preciso concluir esse processo de expansão com os investimentos que são pertinentes. Já tivemos sucesso na distribuição de todo pessoal docente e também dos técnicos administrativos, depois de longas e duras negociações com a SESU/MEC e, agora, seria importante a atual gestão prosseguir ao planejamento iniciado em investimentos laboratoriais e salas de aulas, previsto nos projetos dos cursos novos.

**E-L:** Quais são os desafios que a UFGD deve enfrentar frente a atual conjuntura política e econômica nacional?

**FARIAS, D. D.:** Evidentemente o cenário de crise política e também econômica está afetando a UFGD e todas as demais universidades federais. Precisamos saber ao certo, o tamanho deste impacto ao longo do tempo. Esta avaliação não pode ser realizada, me parece que algumas pessoas querem fazer, apenas no curso de um ano fiscal. Um orçamento anual não tem execução apenas em um ano fiscal, mas pode também ser utilizado na compra de serviços e produtos em anos posteriores. Assim, devemos perguntar: a diminuição de recursos não será recuperada no próximo ano ou nos anos subsequentes? Essa recuperação poderia ocorrer, seja por recomposição orçamentária advinda dos recursos do MEC ou de outro Ministério, seja dos próprios recursos próprios da Universidade? Também devemos nos perguntar: qual o impacto dos orçamentos anteriores nos serviços das Universidades, neste ano (2015) e nos subsequentes, já que, para muitos serviços foram realizados empenhos antecipados para execução posterior?

Por fim, devemos pensar em alternativas de recursos para a Instituição. No período em que estive a frente da Universidade, sempre executamos recursos adicionais ao orçamento próprio, originários de outras fontes, especialmente, públicas e em menor grau de origem privadas. A Instituição não pode se acomodar frente a dificuldades e precisa construir cenários precisos para uma atuação mais positiva.

Uma estratégia que se apoie na noção da existência de um caos reinante, que não possibilita saída, pode ser interessante como aquela que apresenta “o bode na sala”, para antecipar-se a críticas. Mas em médio prazo, o bode cresce, amedronta e paralisa a todos, inviabiliza alternativas, traz o desânimo e a ausência de criatividade com a desarticulação interna. Creio que é essencial serenidade na condução dos diálogos internos e externos, buscar o máximo possível de garantias junto ao Governo Federal que é o nosso mantenedor, apurar os estudos sobre os impactos financeiros da restrição orçamentária em curso, refinar o planejamento e construir alternativas que não signifiquem o abandono de nossas expectativas, perspectivas e projetos.

**E-L:** Deste modo, o que o senhor espera da nova gestão que se inicia na Universidade Federal da Grande Dourados? Embora ainda seja “cedo” para se realizar uma avaliação, considerando que o plano de gestão 2015-2019 não foi apresentado ao Conselho Universitário – COUNI.

**FARIAS, D. D.:** De fato, ainda é cedo para uma melhor avaliação. A nova administração apresentou um Plano de Gestão recentemente, mas ao que parece... apenas como um esboço para ser melhorado posteriormente.

Durante o processo eleitoral, de fato, o momento adequado para se apresentar uma concepção e um projeto para a UFGD, a chapa vitoriosa escusou-se de fazê-lo e preferiu uma estratégia de debate bastante superficial, a meu ver, longe de toda a expectativa que o ambiente universitário em geral possui. O empobrecimento do debate, significou para mim, declaradamente a ausência de projeto, ausência de um discurso claro, coerente e honesto à comunidade universitária. Percepção que vejo reforçada com essa apresentação de um esboço de Plano de Ação para elaboração futura.

Penso ainda que, durante o processo eleitoral e até o momento não se firmou a liderança da nova gestão. Lembrem-se que, muito provavelmente, o presumível candidato de oposição seria o Prof. Omar Daniel, que veio a falecer prematuramente. Sabe-se, ainda, que não havia maior expectativa de vitória da oposição, nem por parte do campo de situação e nem mesmo da oposição. Eleições... são eleições. Se olharmos para o resultado geral, talvez fosse correta uma leitura de que a atual gestão venceu em algumas unidades, mas sua vitória resultou, sobretudo, do Hospital Universitário, que se encontra em processo de transição para ser administrado plenamente pela EBSEH.

Eu quero ponderar que a vitória eleitoral da atual gestão é legítima, entretanto, não foi acompanhada, por enquanto, da composição de um amplo leque de forças internas que lhes dê confortável sustentação e amplo apoio para os projetos a serem apresentados, em um contexto de crise e dificuldades.

De todo modo... o processo eleitoral, as articulações internas e, de modo muito evidente, externa da candidatura vitoriosa, a composição majoritária de sua equipe, alguns enunciados advertidos em diferentes lugares, me permite uma avaliação, que pode ser prematura e equivocada, mas creio estarmos frente a uma gestão de caráter conservador. Conservadora no que tange ao debate sobre os direitos das maiorias, na necessidade de políticas inclusivas; no que diz respeito a valores individuais e comportamentais; conservadora na ausência de coragem e audácia frente aos problemas do momento; conservadora na proposição de alternativas à crise e na concepção de universidade.

Esse conservadorismo irá de encontro com o projeto e as políticas que construímos ao longo de 10 anos... veremos qual será o resultado, espero que eu esteja errado!.

**E-L:** O senhor teme algum tipo de retrocesso no que concernem as conquistas obtidas (para a UFGD) no âmbito da política institucional (assistência estudantil, paridade, respeito às unidades acadêmicas, pós-graduação, etc.)?

**FARIAS, D. D.:** Certamente o papel desempenhado pela gestão universitária central é muito importante nos destinos da Instituição. No entanto, a vida universitária é definida pela ação de um número muito maior de pessoas e com a mediação de vários atores e outras instâncias. Por exemplo, as Unidades Acadêmicas, seus conselhos e direções, os Conselhos Superiores, as organizações das diferentes categorias, dentre outras.

Assim, evidentemente que a comunidade universitária em suas diversas formas de organização e de vivência acadêmica irão certamente apoiar aquelas iniciativas avaliadas como fortalecimento institucional, dos direitos das pessoas, dos setores. E, por outro lado, irão criticar e se contrapor a toda iniciativa ou políticas cujos processos e resultados apontem para o seu contrário.

Os resultados alcançados até agora em diferentes áreas de atuação da UFGD e que são lidos enquanto símbolos significativos do próprio empoderamento institucional, das pessoas e categorias, são também avaliados como ponto de partida. É a chamada “altura do sarrafo”: pode-se e deve-se ir mais alto, mais baixo nunca; mesmo porque a cada período, a cada ano, mais recursos são consolidados na instituição e criam condições para atuação de maior e não de menor qualidade. O ponto de chegada deve ser sempre mais além.

Eu temo o retrocesso! Mas acredito também que, se por vezes, ele seja fruto de acasos e erros, na maioria dos casos, ele significa outra leitura e concepção da vida. Para que se concretize, ele o retrocesso, a decadência, precisam se debater e derrotar outras concepções existentes.

**E-L:** Sabe-se que uma das intenções da atual gestão é realizar alianças com entes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Até que ponto essas “parcerias” podem se tornar um processo de privatização interna da UFGD?

**FARIAS, D. D.:** A análise é um pouco mais complexa e eu apenas posso esboçar uma ideia que deve ser ampliada em outros espaços. A ciência e a tecnologia são, hoje, fatores predominantes na produção de mercadorias. Em certa medida e com diversas mediações, parcelas significativas da produção científica mundial, especialmente as que possuem potencial para ser transformadas em inovação tecnológica, são transfiguradas em mercadorias, ou seja, produtos de valor estratégico, negociados no mercado, em geral apropriados por grandes empresas transnacionais.

A natureza estratégica dessa produção, assim como o lugar de sua produção, a coloca sob as condições da mais rigorosa disputa entre empresas e nações, sendo o seu desenvolvimento um dos mais difíceis de serem alcançados, considerando-se além do patamar de exigência e controle, legal e extralegal, também existem as exigências de investimentos e o desenvolvimento de culturas institucionais voltadas a este objetivo.

Em outras regiões do mundo, em países da América do Norte e fortemente no sudeste asiático, houve o desenvolvimento de uma cultura institucional universitária e empresarial que articulou os imperativos da produção tecnológica de mercadoria com o trabalho de pesquisa nas universidades. Podemos dizer que em tais localidades, com suas assimetrias, podemos verificar um trabalho articulado entre o capital produtivo e o trabalho de pesquisadores nas instituições tanto privadas quanto públicas, mediadas pelo Estado.

No Brasil, embora sejam evidentes tais articulações e que percentual razoável de nossas tecnologias é desenvolvido por instituições universitárias ou de pesquisa pública, não é possível afirmarmos a existência de uma cultura institucional e empresarial que favoreça tal aproximação. Não obstante ter-se notado, nos últimos anos, esforços legais regulatórios desenvolvidos, incentivos através de investimentos públicos a grupos de pesquisadores e iniciativas

empresariais, estamos muito longe do que pode-se definir como uma articulação de ações entre a academia e o mundo empresarial para o desenvolvimento tecnológico.

Creio existir um duplo problema estruturante e de difícil solução. O primeiro concerne ao ambiente universitário público, onde está concentrada a capacidade crítica capaz de produzir conhecimentos novos e inovação tecnológica no Brasil. Neste ambiente existe uma posição crítica de resistência a tal aproximação, não sem justificativas, frente ao risco de uma perda de autonomia acadêmica perante a imposição das necessidades de acumulação de capital.

Por outro lado, creio que no Brasil a cultura empresarial está alicerçada, em grande medida, na importação de tecnologia, o que significou ao longo do tempo na perda de competitividade e na manutenção de um mercado interno restrito. A chamada abertura de mercados desafia, hoje, esta lógica. Além disso, em nossa sociedade e também no meio empresarial, certa cultura patrimonialista persiste: nossos capitalistas são resistentes à ideia de realizar investimentos em tecnologias, especialmente considerando os riscos de perdas inerentes em tais processos, assim eles preferem os investimentos com recursos públicos e a transferência limpa dos resultados positivos.

Desse modo, uma aproximação da universidade ao mundo produtivo não é uma tarefa fácil. É difícil convencer os pesquisadores de que devem enfrentar os riscos de perda da autonomia acadêmica (e não raro encontramos nas tratativas concretas a vontade empresarial de controlar a agenda e os resultados das pesquisas desenvolvidas na academia!). Dentre estes riscos, está inclusive, a perda da autonomia intelectual e dos resultados de seu trabalho, o que os transformaria em prestadores de serviços ou funcionários do mundo privado. Por outro lado, não menos difícil, seria impingir ao empresariado a noção de que os resultados de inovação tecnológica só podem ser alcançados com largos investimentos em pesquisa e que os resultados são incertos.

Feitas essas considerações, temos que compreender que o outro é o caso em se flertar com a ideia de transformar a Universidade em uma agência de serviços a serem prestados para a iniciativa privada, com a expectativa de ampliação orçamentária, isto significaria um retrocesso em nossa concepção de universidade pública e autônoma. O caminho apontado por alguns e, inclusive, em documentos da atual gestão, avança no sentido da privatização da universidade, por dentro, com a perda de sua autonomia e a sua submissão a interesses privados externos quanto internos, na forma de diferentes remunerações a indivíduos ou grupos no interior da instituição.

A ideia de parceria com a iniciativa privada, somente tem sentido e consequência positiva para a Universidade Pública que, defendemos e criamos no caso da UFGD, mediante objetivos amplos de desenvolvimento regional e nacional, enquanto riqueza e autonomia para a maioria. Essa mediação deve ser obrigatória em todos os casos e situações e a autonomia universitária deve prevalecer sempre.

Agora se o objetivo é responder a restrição orçamentária existente ou às dificuldades remuneratórias dos trabalhadores, estamos diante, pura e simplesmente, de uma perspectiva privatista, que submete a instituição a interesses menores e transforma os servidores e es-

tudantes em força de trabalho para outros interesses. A implantação e generalização desta estratégia significariam o abandono de uma concepção de Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Autônoma.

**E-L:** Professor, mais uma vez agradecemos a oportunidade. Por favor, mediante ao que foi tratado durante a entrevista, quais são suas considerações finais.

**FARIAS, D. D.:** Quero agradecer a oportunidade e aproveitar o espaço para conclamar a todas e todos à vigilância e ao empenho necessário para continuarmos na tarefa de construção de uma universidade brasileira, pública, gratuita, autônoma e de qualidade, do tamanho de nossos sonhos.